

- 1 1. Ata da V Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, realizada aos
2 quatorze dias do mês de setembro, de hum mil novecentos e oitenta e sete, conforme
3 convocação enviada aos membros natos e efetivos do Conselho.
- 4 2. Aos quatorze dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze
5 horas, na sala dos Governadores do Palácio Iguazu, reuniram-se os membros natos e efetivos
6 do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
7 Litoral Paranaense, do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e os membros da
8 Câmara de Apoio Técnico da Área Especial de Interesse Turístico do MARUMBI, sendo a
9 presidência dos trabalhos exercida pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio
10 Ambiente, Ary Veloso Queiroz. Como membros natos do Conselho Estadual de Defesa do
11 Ambiente, compareceram os senhores: Iran Roberto Brezezinski do Instituto de Terras e
12 Cartografia, representando o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar
13 Fernandes Dias; Belmiro Valverde Jobin Castor, Secretário de Estado da Educação; Antônio
14 Acir Breda, Secretário de Estado da Justiça; Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos
15 Transportes; Gernote Gilberto Kirinus, da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da
16 Assembléia Legislativa; Haroldo Rodrigues Ferreira, da Comissão de Saúde da Assembléia
17 Legislativa. Como membros efetivos do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente
18 participaram os senhores: Reinaldo Onofre Skaliks; Paulo Moreira Gomes, representando o
19 Senhor Alberto Contar; Roberto Ribas Lange; Eduardo Kardush; Manoel Baltasar Baptista da
20 Costa; Gilberto de Oliveira Borges; Paulo Roberto de Souza; Nelson Sicuro; Edson Antônio
21 Lenzi; Itagiba Geraldo Moretti.
- 22 3. Esta Reunião foi conjunta com o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral
23 Paranaense, Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e com a Câmara de Apoio
24 Técnico da Área Especial de Interesse Turístico do MARUMBI, para a apreciação do "Plano de
25 Gerenciamento da área de interesse Turístico do Marumbi", como pauta única.
- 26 4. O Presidente da mesa, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente,
27 Ary Veloso Queiroz fez a abertura da reunião e deu início aos trabalhos convidando o membro
28 da Câmara de Apoio Técnico da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, Paulo
29 César Tosin para fazer a exposição do "Plano de Gerenciamento da área de interesse turístico
30 do Marumbi". O técnico do ITCF, geógrafo Paulo César Tosin, coordenador da Área Especial
31 de Interesse Turístico do Marumbi, iniciou a apresentação tecendo considerações sobre o
32 trabalho, iniciando pela localização da Área objeto do Plano de Gerenciamento. Realizou
33 breve histórico da criação da referida Unidade de Conservação, desde as primeiras propostas
34 de viabilização de um Parque na região, na década de 50. Comentou sobre a metodologia
35 adotada, enfatizando ter sido esta elaborada de forma a compatibilizar a legislação incidente
36 sobre a Área e as restrições de ordem natural que de forma profunda, foram estudadas na
37 fase de diagnóstico da Área. Teceu comentários, em seguida, sobre a amplitude dos estudos

38 realizados na referida fase de diagnóstico, comentando sobre cada um dos assuntos
39 abordados, iniciando sobre os aspectos fundiários, os valores Históricos, Artísticos,
40 Arqueológicos e Culturais, aspectos sócio-econômicos e de Uso da Terra, das áreas e locais
41 de Interesse e Potencial Turístico e Paisagens notáveis. Dentre os aspectos físicos e
42 geográficos, comentou sobre as formas e escalas de trabalho em que foram realizados os
43 estudos sobre a geologia, a geomorfologia, a declividade, bacias hidrográficas, análise da rede
44 de drenagem, o uso potencial e as características climatológicas da área. Quanto aos
45 aspectos relativos à flora e a fauna, Paulo César Tosin explicou que no caso da flora, os
46 estudos foram superficiais neste primeiro momento, alertando da necessidade de serem
47 iniciadas pesquisas sistemáticas nesta área de estudo, por outro lado, com relação à fauna,
48 considerou que os trabalhos foram realizados de forma sistemática e inédita, e que, com
49 apenas um ano de pesquisa, já foram constatadas diversas espécies raras ameaçadas de
50 extinção e muitas ocorrências novas para o Estado do Paraná e Sul do Brasil. Paulo César
51 Tosin lembrou, ainda, da necessidade da continuidade nos levantamentos nesta área, de
52 forma a se conhecer integralmente o potencial genético existente. Em seguida, findo os
53 comentários sobre a fase de diagnóstico, Paulo César Tosin expôs sobre a análise jurídico-
54 institucional no âmbito da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, demonstrando a
55 coerência da proposta. No momento seguinte explanou sobre o zoneamento proposto,
56 demonstrando através de diapositivos as formas de delimitação de cada uma das zonas, bem
57 como características, objetivos e suas normas gerais de utilização e restrições. As Zonas
58 foram definidas como Primitiva, de Uso Extensivo, de Uso Tradicional, de Uso Intensivo,
59 Histórico-Cultural, de Recuperação, de Liso Excepcional e Especial, totalizando oito zonas
60 diferenciadas, na constituição do "Plano Global e Específico de Gerenciamento da Área
61 Especial de Interesse Turístico do Marumbi". Finalmente, Paulo César Tosin ressaltou alguns
62 itens contidos nas Disposições Gerais e Transitórias, que irão incidir sobre a área caso a
63 proposta seja aprovada. O Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz agradeceu a
64 apresentação e deixa a palavra livre, solicitando que as pessoas que quiserem fazer uso se
65 inscrevam com o Secretário Executivo do Conselho de Defesa do Ambiente, Cleverson Vítório
66 Andreoli, pedindo para que o expositor Paulo César Tosin permaneça para responder as
67 perguntas que eventualmente sejam colocadas. Luciano Pizzatto, com a palavra, parabenizou
68 o trabalho apresentado e disse que sem dúvida ele é um marco no processo de
69 desenvolvimento de ocupação no nosso Estado. A título de colaboração, Luciano Pizzatto
70 levantou algumas dúvidas que surgiram em debates da Comissão 1 (hum) do Conselho de
71 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e pede esclarecimentos quanto a dados
72 estatísticos aspectos legais e aspectos de desenvolvimento. No que diz respeito a dados
73 estatísticos, a preocupação é com o número de pessoas que vivem dentro da área do
74 Marumbi. Paulo César Tosin explicou que o levantamento foi realizado quanto ao número de
75 ocupações e não quanto ao número de pessoas residentes. Continuando, Paulo César Tosin,

76 esclareceu que atualmente vivem no Marumbi, em torno de trezentas (300) famílias, o que
77 representa mais ou menos mil e duzentas (1.200) pessoas residindo na área. Luciano Pizzatto
78 ponderou que esse dado é de extrema importância no aspecto de operacionalização do
79 processo de implantação do Plano de Gerenciamento e coloca a sua preocupação de como
80 serão administradas essas mil e duzentas (1.200) pessoas, e quando e quantas deverão ser
81 retiradas e quantas permanecerão no local de acordo com o que foi planejado. Quanto ao
82 aspecto legal da viabilização do Plano de Gerenciamento Luciano Pizzatto levantou a questão
83 institucional dos três Conselhos presentes nesta reunião, pois na página 72 fica esclarecido
84 que compete ao Conselho de Defesa do Ambiente e ao Conselho de Desenvolvimento
85 Territorial do Litoral Paranaense, a aprovação do Plano de Gerenciamento e ao Conselho
86 Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em função do edital de vinte e cinco de julho de
87 hum mil novecentos e oitenta e seis. Continuando, alertou que entre o Conselho do
88 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e o Conselho Estadual do Patrimônio
89 Histórico e Artístico existe uma pendência quanto ao limite da área tombada e essa questão
90 deverá ser definida de comum acordo, e até o momento nada foi feito nesse sentido. Luciano
91 Pizzatto, coloca que dentro da proposta apresentada existem áreas de restrição e uso e como
92 seriam administrados, por exemplo, programas de desenvolvimento, como no caso da
93 duplicação da Ferrovia da Produção. Paulo César Tosin esclareceu que a previsão da
94 duplicação da ferrovia passa próximo, mas não especificamente nesta área. Continuando,
95 Paulo César Tosin disse que tem conhecimento da necessidade da Rede Ferroviária instalar
96 uma torre de transmissão que será localizada próxima ao Véu de Noiva e que será feita uma
97 análise e a avaliação quanto ao impacto ambiental . A ferrovia prevista passa na área tombada
98 mas não nessa área específica. Luciano Pizzatto, disse que segundo as exposições, o
99 exercício de qualquer atividade na região, deverá ter a autorização ou não da Câmara de
100 Apoio Técnico. Acontece que essa é uma competência legal do Conselho Estadual do
101 Patrimônio Histórico e Artístico no caso do tombamento e do Conselho de Desenvolvimento
102 Territorial do Litoral Paranaense, e Luciano Pizzatto questiona como que essa
103 responsabilidade será repassada. O Presidente da Câmara de Apoio Técnico Elizeu de M.
104 Corrêa explicou que a Câmara de Apoio Técnico dará a anuência prévia e não a autorização,
105 sendo que essa competência permanece sendo competência específica dos Conselhos. A
106 Câmara de Apoio Técnico é composta por técnicos de vários órgãos, cada qual com a sua
107 especialidade, podendo assim, subsidiar os Conselhos nas diversas áreas de atuação.
108 Luciano Pizzatto solicita que esta questão fique pendente porque a anuência prévia é também
109 de competência do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico no caso do
110 tombamento e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e essa
111 questão deve ser melhor regulamentada para que não se sobreponham duas ou três
112 anuências prévias. Elizeu Moraes Corrêa complementou, dizendo que a existência da Câmara
113 de Apoio Técnico não está tirando a competência do Conselho, apenas se criou uma outra

114 instância para dar parecer técnico. Com a palavra, Roberto Ribas Lange que cumprimentou a
115 equipe que realizou o trabalho apresentado e enalteceu a oportunidade da reunião dos três
116 Conselhos presentes. Roberto Ribas Lange discordou de Luciano Pizzatto quanto à
117 competência concorrente, pois entende que os Conselhos e a Câmara de Apoio Técnico
118 concorrem para os mesmos objetivos e a solução mais fácil é a reunião conjunta, para
119 acelerar os trâmites dos processos. Continuando, Roberto Ribas Lange afirma que a
120 existência de Conselhos e Câmaras concorrentes, longe de provocar qualquer caos
121 administrativo, provoca a garantia do cidadão de que os assuntos serão bem conduzidos. O
122 Secretário de Estado da Cultura René Ariel Dotti, com a palavra, cumprimentou todos os
123 presentes e registrou a sua satisfação pelo magnífico trabalho apresentado. Em seguida, disse
124 que o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico é o órgão da Secretaria de Estado
125 da Cultura, competente por lei, para opinar a respeito desta matéria e que o membro deste
126 Conselho, Celso Gomes Carneiro, foi designado para elaborar parecer a respeito. Junto ao
127 parecer, o Conselheiro Celso Gomes Carneiro traz uma proposição, também fundamentada,
128 no sentido de que seja aprovado o "Plano de Gerenciamento", e em princípio esta é a posição
129 do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e por extensão da Secretaria de
130 Estado da Cultura. O Secretário de Estado da Cultura, René Ariel Dotti, solicita que esse
131 documento, que passará à mesa, seja distribuído à todos os Conselheiros, e que no entanto,
132 para proporcionar a todos os membros do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e
133 Artístico, a oportunidade de se manifestarem sobre o documento, se compromete de na
134 próxima reunião apresentar o documento completo com o pronunciamento de todos os
135 membros. O Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz, fez a leitura da proposta do Conselheiro
136 Celso Gomes Carneiro que passará a compor esta Ata, como anexo, e completou que este
137 documento será encaminhado aos Conselheiros, para que na próxima reunião possamos
138 analisar com mais profundidade a conclusão dos trabalhos, deixando a palavra livre. Com a
139 palavra, Roberto Ribas Lange, referiu-se à proposta do Conselheiro do Conselho Estadual do
140 Patrimônio Histórico e Artístico, Celso Gomes Carneiro, no que diz respeito a ampliação da
141 área especial de interesse turístico do Marumbi, para toda a área tombada, considerando de
142 bom termo tal proposta. Citou ainda, o exemplo da Ilha do Mel, da dificuldade encontrada no
143 seu gerenciamento, e disse que na área especial de interesse turístico do Marumbi não
144 ocorreram tantos problemas em função da existência da Câmara de Apoio Técnico e
145 considera conveniente a ampliação proposta por Celso Gomes Carneiro, para consolidar o
146 tombamento e ordenar o nível de detalhamento da área especial de interesse turístico do
147 Marumbi. O Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Castor, pediu a palavra para
148 parabenizar a equipe que elaborou o "Plano de Gerenciamento" e discorreu sobre a
149 competência da Câmara de Apoio Técnico e dos três Conselhos, concluindo que se faz
150 necessária a consolidação da legislação incidente sobre o litoral e que o trâmite dos processos
151 deverá ser melhor ordenado. O Secretário de Estado da Justiça, Antônio Acir Breda, com a

152 palavra, enalteceu o trabalho realizado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas,
153 dizendo que este é um documento histórico de grande valor, sugerindo a aprovação do Plano
154 de Gerenciamento da área especial de interesse turístico do Marumbi, além da sugestão do
155 Celso Gomes Carneiro. O Presidente da mesa, Secretário de Estado do Desenvolvimento
156 Urbano e Meio Ambiente, Ary Veloso Queiroz esclareceu que o parecer do Celso Gomes
157 Carneiro não impede a votação do "Plano de Gerenciamento", deixando a palavra livre. O
158 Presidente da Câmara de Apoio Técnico, Eliseu Moraes Corrêa, falou que o posicionamento
159 dos membros desta Câmara Técnica é pela aprovação do "Plano de Gerenciamento"
160 apresentado. O Conselheiro Cícero Bley, parabenizou o "Plano de Gerenciamento"
161 apresentado e que em consulta aos membros do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e
162 Artístico, os mesmos são pela aprovação do Plano e que em função da possibilidade da
163 reunião dos três Conselhos, propõe que o "Plano de Gerenciamento" seja aprovado já
164 constando a ampliação proposta pelo Celso Gomes Carneiro. Luciano Pizzatto, diz que está
165 havendo um equívoco, que se pretende discutir dentro de uma normatização a questão do
166 zoneamento do litoral paranaense, e a Câmara de Apoio Técnico teve uma função bastante
167 específica e mostrou sua competência. Se será esta mesma Câmara Técnica que continuará a
168 executar o zoneamento do litoral, necessita de uma discussão mais profunda. Nesse
169 momento, continua Luciano Pizzatto, é necessária a aprovação do "Plano de Gerenciamento",
170 deixando-se para um segundo momento a ampliação do Plano para a área tombada. O
171 Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz, fala do interesse do Governo em resolver suas
172 pendências o mais rápido possível e propõe que seja agendada uma próxima reunião
173 conjunta. O Conselheiro do Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense,
174 Cândido Gomes Chagas, levantou dúvida sobre o item seis (06), letra a da página duzentos
175 (200) do "Plano de Gerenciamento", sobre as competências para a anuência prévia e as
176 interferências nos campos de ação dos respectivos Conselhos, e que na prática isso não está
177 funcionando, sugere uma melhor definição das competências. O Presidente da mesa, Ary
178 Veloso Queiroz, discorre sobre a quantidade de leis e decretos, algumas vezes conflitantes, e
179 fala da necessidade de se consolidar a legislação e definir os poderes das diversas áreas de
180 atuação. Sugere que seja criada uma comissão para analisar a questão de determinação de
181 competência dos três Conselhos e da Câmara de Apoio Técnico, para que sejam eliminadas
182 as divergências existentes. Roberto Ribas Lange, faz uso da palavra e coloca que o "Plano de
183 Gerenciamento" não implica em alterações administrativas dos órgãos envolvidos. O
184 Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz, diz que gostaria de colocar em votação o "Plano de
185 Gerenciamento" e em próxima reunião discutir a abrangência da área especial de interesse
186 turístico do Marumbi. O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente,
187 Cleverson Vítório Andreoli, propõe que a próxima reunião conjunta seja agendada para o dia
188 treze (13) de outubro, às nove horas, um dia após a reunião do Conselho Estadual de Defesa
189 do Ambiente. Luciano Pizzatto acha a proposta boa mas lembra que os demais Conselhos

190 também precisam se reunir antes dessa reunião conjunta para discutir e definir um
191 posicionamento. O Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz, propõe que tal reunião seja
192 realizada no dia vinte de outubro do corrente, sendo aprovada por unanimidade. O
193 Conselheiro do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, Eduardo Kardush, sugeriu à mesa,
194 que se ouvisse o pronunciamento do Professor João José Bigarella sobre o "Plano de
195 Gerenciamento". O Professor João José Bigarella se pronunciou, justificando que não teve
196 tempo hábil para aprofundar o estudo sobre o "Plano de Gerenciamento", e mostra sua
197 preocupação quanto aos aspectos sociais com relação aos ecossistemas existentes, e fala
198 que precisa haver uma compatibilização entre esses dois aspectos sem que um prevaleça
199 mais que o outro. O Presidente da mesa, Ary Veloso Queiroz, lembrou aos Conselheiros
200 presentes, que essa reunião foi convocada com o objetivo de se votar a aprovação ou não do
201 "Plano de Gerenciamento da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi" e que em
202 função disso, houve a distribuição antecipada do documento para que todos os Conselheiros
203 tomassem conhecimento da matéria. E ainda, para reforçar, o geógrafo Paulo César Tosin fez
204 a exposição, e se colocou à disposição de todos para esclarecer as dúvidas levantadas.
205 Portanto, esta reunião tem por objetivo uma decisão, pois este assunto já foi protelado de
206 forma desgastante, e entende que o "Plano de Gerenciamento" deva ser colocado em
207 votação. Continuando, o Presidente da mesa, Secretário de Estado do Desenvolvimento
208 Urbano e Meio Ambiente, Ary Veloso Queiroz, esclareceu que se forem encontradas algumas
209 falhas no Plano, não significa que sua aprovação impeça correções. A maioria dos
210 Conselheiros tem se demonstrado favorável no aspecto global do Plano e se em alguns
211 detalhes forem detectadas falhas, haverá oportunidades para serem debatidas e corrigidas.
212 O Conselheiro Luiz Edson Fachin, do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico,
213 reforçou a questão de que todos os Conselheiros presentes tomaram conhecimento do
214 documento com antecedência e que vieram para esta reunião para dirimir as dúvidas que
215 eventualmente existissem e cientes de que iriam votar a implantação ou não do "Plano de
216 Gerenciamento". Propõe que de imediato se passe para a votação do Plano e que a questão
217 da ampliação da área fique para a próxima reunião. O membro do Conselho do
218 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, Cândido Gomes Chagas, solicitou que
219 houvesse reestudo na página duzentos (200) do Plano, item seis da letra a. Luiz Edson Fachin
220 alerta que a legislação específica já determina os limites de competências dos Conselhos e da
221 Câmara de Apoio Técnico. Esta matéria vem esclarecida e de limitada no Decreto n.º 5.308,
222 que regulamenta a Lei n.º 7978, mais especificamente nos seus artigos 8º e 9º. Portanto,
223 estamos analisando o Plano Global não havendo incompatibilidade entre o que consta no item
224 seis (06) da letra a da página duzentos (200) do Plano e o que está no Decreto. Pelo que
225 parece que o Plano pode ser aprovado integralmente nessa reunião preliminar. Cândido
226 Gomes Chagas explica que a sua preocupação não é com o aspecto legal, mas sim com o
227 aspecto prático para que sejam evitados possíveis problemas. O Secretário de Estado da

228 Cultura, René Ariel Dotti, propõe que esta questão seja sanada, alterando a redação do "item
229 seis (06) da letra a da página duzentos (200) do Plano" - "para que as autorizações obedçam
230 a legislação vigente", evitando assim, conflitos de competências. O Presidente da mesa, Ary
231 Veloso Queiroz, colocou o Plano de Gerenciamento da Área Especial de Interesse Turístico do
232 Marumbi em votação, com a proposta de alteração da página duzentos (200), nos termos
233 colocados pelo Secretário de Estado da Cultura, René Ariel Dotti. O Plano de Gerenciamento
234 da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi foi aprova do por unanimidade nos termos
235 em que foi proposta a votação.

236 5. Encerramento - Em seguida, o Presidente da mesa, Secretário de Estado do Desenvolvimento
237 Urbano e do Meio Ambiente, Ary Veloso Queiroz, colocou a palavra em aberto aos presentes
238 e como ninguém fez uso da mesma, agradeceu a presença de todos, destacando o aspecto
239 pioneiro desta reunião e declarou por encerrada a V Reunião Ordinária do Conselho Estadual
240 de Defesa do Ambiente, e eu Cleverson Vítório Andreoli, Secretário Executivo, lavrei a
241 presente Ata, a qual assino com os demais membros do Conselho. Curitiba, 14 de setembro
242 de 1987.